

O culto camiliano no Portugal novecentista: singularidades e intenções do culto a Camilo Castelo Branco num período conflituante (1916-1925)

Frederico de Sousa Ribeiro Benvinda¹

Soraia Milene Marques Carvalho²

Resumo: A presente análise resulta da investigação promovida pela Cátedra Camilo Castelo Branco, criada em parceria com a Câmara Municipal de Sintra e o CLUL/FLUL, no âmbito da Coleção Camiliana de Sintra, a qual classificada como “Bem Cultural de Interesse Público”, possuindo um acervo onde se destacam o valor histórico e os contributos imprescindíveis para a ampliação das leituras sobre o legado diligenciado pelos camilianistas e entusiastas da obra de Camilo Castelo Branco em torno da preservação da sua memória histórico-literária. Salientamos, nesta investigação, a particularidade assumida pelo Culto Camiliano no período mediado pela participação de Portugal na Grande Guerra e pelas comemorações do centenário de nascimento do autor luso.

Palavras-chave: Centenário de nascimento. Culto Camiliano. Memória histórica. Portugal.

Abstract: This paper is part of the research developed by the Camilian Studies Chair of the University of Lisbon, in partnership with Sintra City Hall and the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Its sources derive from the Camilian Collection of Sintra, currently classified as a “Cultural Property of Public Interest”. The Collection houses an archive of significance for the development of innovative historical research into the memorialization of Camilo Castelo Branco’s historical and literary legacy by Camilian scholars and admirers. In this paper, the authors will study the participation of the Culto Camiliano association in the memorialization efforts undertaken between the participation of Portugal in the Great War and the celebration of the centenary of the birth of Camilo Castelo Branco.

Keywords: Centenary of birth. Culto Camiliano. Historical memory. Portugal.

¹ Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia – Referência UI/BD/152204/2021. E-mail: fbenvinda@campus.ul.pt. ORCID: 0000-0001-6583-651X

² Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia – Referência 2021.08726.BD. E-mail: soraia milenecarvalho@campus.ul.pt. ORCID: 0000-0002-5017-8419

Introdução

A presente análise debruça-se sobre o acervo da Camiliana de Sintra, coleção criada por Rodrigo Simões do Carmo Costa (1873-1947) – camilianista e grande apreciador da obra do escritor Camilo Castelo Branco (1825-1890) –, que legou o seu alento ao colecionismo de fontes camilianas e da autoria do próprio Camilo, as quais inventariou e se encontram no presente à guarda da Biblioteca Municipal de Sintra, no distrito de Lisboa. O trabalho que apresentamos desenvolve-se através da iniciativa da Cátedra Camilo Castelo Branco da FLUL/ Câmara Municipal de Sintra. A presente análise recai, de forma idêntica, sobre a coleção à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, integrada no Espólio de Custódio José Vieira, um dos pais fundadores do então designado “Culto Camiliano” que nos ocupa neste estudo e que pretendemos evidenciar enquanto atividade com as devidas particularidades, arreigada de uma vertente “patriótica”, como os seus cultores evidenciaram nos *Estatutos* da Associação estabelecida com a finalidade de prestar inequívoca homenagem ao autor (CULTO CAMILIANO, 1916). Nascida em 1916, a Associação Nacional de Interesse Patriótico abrigou no seu seio a ânsia de prestar, em 1925 – aquando do centenário de nascimento de Camilo Castelo Branco –, as devidas honras ao homem e ao seu legado, nomeadamente, através de um monumento a erguer-se em praça memorialística da passagem de Camilo pelas suas calçadas (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 3). Desta feita, a análise que compreendemos resulta num esforço de entendimento sobre a génese de um movimento patriótico que despontou em Portugal no período da sua entrada na Grande Guerra: tal não pretendendo significar a completa circunscrição do Culto Camiliano ao mesmo propósito, salvaguardamos a sua difusão num momento de charneira que alvoraçava o país nas suas múltiplas vertentes, isentando-se-lhe a estranheza na feição assumida: o elogio ao autor e às letras por si delineadas apresenta-se enquanto panegírico à língua portuguesa no espaço ibérico, como teremos oportunidade de verificar, no quadro de uma neutralidade assumida pela Espanha na I Guerra Mundial, mas mais do que isso, em contexto de tremenda complexidade governativa em que resultava em momentos ditatoriais experienciados em Portugal: a ditadura de Pimenta de Castro (1915) e a ditadura de Sidónio Pais (1917-1918), aquando da procura por uma unidade nacional que conferisse estabilidade ao país arreigado de dissensões políticas e dividido entre a incerteza de participação efetiva no teatro da Grande Guerra (PEREIRA, 2017, p. 26-29). Nesta esteira, a investigação que apresentamos partiu das seguintes questões que elencamos: em que consistiu o “Culto Camiliano” e por que razão um culto a Camilo Castelo Branco foi equacionado? De que modo poderemos compreender a existência de um culto prestado a um dos expoentes literários de Oitocentos em Portugal, num período de transformações na estética artístico-

literária? Recaindo sobre o centenário de nascimento, o Culto Camiliano absorveria influências de outras correntes de cultores ou movimentos nacionais e/ou internacionais? Como nos será possível entender o pendor patriótico vinculado à Associação Culto Camiliano? A partir destas linhas condutoras da nossa investigação preliminar, almejamos uma análise concebida através do contexto de germinação do culto dedicado a Camilo, contemplando-se, seguidamente, as fontes e metodologia que vigoram neste percurso após selecionadas, e nos permitem aferir no período balizado o início e o término de uma ideia que significou mais do que os frutos com que obsequiou o visado.

Sobre o estudo que apresentamos, no seu Estado da Arte vigoram trabalhos de autores que, embora não aprofundem demasiado em torno do Culto Camiliano a sua escrita, deixam-nos pistas sobre a análise em causa. Desta forma, cumpre-nos salientar os trabalhos de João Bigotte Chorão, nomeadamente o *Camilo Camiliano*, onde no capítulo reservado aos “Dois Camilianismos” pretendeu elencar aquilo que “se fez e escreveu” durante o centenário de nascimento de Camilo Castelo Branco em 1925, volvendo-se sobre a questão do monumento que se almejava erguer em homenagem ao escritor (CHORÃO, 1993, p. 69); salientamos, Bigotte Chorão observou que “nas vésperas” do centenário vinha à tona a “inesperada modernidade” de Camilo numa multiplicidade de temas inequívocos no reportório do autor de Oitocentos (CHORÃO, 1993, p. 74) e que, como veremos a exemplo, *A Renascença Portuguesa* – que a partir de uma ideia surgida em 1911, em Coimbra, permitiria a constituição no ano seguinte no Porto de um movimento de cariz literário, artístico, educativo e social, de acordo com José Esteves Pereira (PEREIRA, 2017, p. 19) –, não sendo olvidadas na dimensão deste movimento as facetas de Camilo, como Paulo Samuel demonstrou no seu estudo “Camilo e a Renascença Portuguesa” em 1990, abrangendo cartas inéditas do autor de Seide oferecidas à revista *A Águia* pelo filho de Guilhermino Augusto de Barros (1827-1900) – antigo deputado e par do reino português –, correspondente e amigo de Camilo (SAMUEL, 1990, p. 4-5). Já em *Além da Literatura*, João Bigotte Chorão teceu considerações no capítulo traçado pelo seu punho, “Do culto camiliano às leituras de Camilo”: sublinhamos as palavras do autor sobre as personalidades integrantes na Associação criada na esteira do Culto, pertencentes ao jornalismo, à literatura, à edição, como Bigotte Chorão sintetizou (CHORÃO, 2014, p. 13); mas realce merecem os seus pareceres sobre o culto que destacou como “seita” e as “discordâncias irreduzíveis e mesmo textos chocarreiros” (CHORÃO, 2014, p. 13) que o autor considerou comprometedores, em ampla medida, da longevidade da Associação que se dissolvera sem concretizar o afamado monumento a Camilo, no meio de certo “fanatismo” (CHORÃO, 2014, p. 14) que Bigotte Chorão não deixou de impregnar na sua visão sobre o Culto Camiliano. Em *Sobre a recepção literária de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos cita uma carta de Monteiro Lobato (1882-1948) –

escritor, tradutor, editor e ativista brasileiro – datada de 1915, dirigida a um amigo não identificado, de onde extraímos as seguintes palavras: “E sabe que anda em Portugal um movimento de reação pro-Camilo? O câmbio do Eça cai, e como não há nenhum grande novo, o remédio é retroceder umas estações” (Apud MATOS, [s. d.], p. 127). Esta lógica, profetizada assim, enraizava-se no Culto Camiliano, como adiante verificaremos na senda do movimento cultural encimado pela *Renascença Portuguesa* que demandava uma autêntica “revolução” auscultando aos anseios que dizia pátrios (SAMUEL, 2011, p. 45): em jeito idêntico, o Culto Camiliano não se fez rogado proclamando o patriotismo da sua empresa (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 3).

A Camiliana de Sintra e o espólio de Custódio José Vieira sobre o Culto Camiliano: fontes seleccionadas e metodologia

A coleção à guarda da Biblioteca Municipal de Sintra, em Lisboa, apresenta-se como um património de suma importância na preservação da memória histórica do autor das *Novelas do Minho*; criada por Rodrigo Simões do Carmo Costa, detém um incomensurável acervo composto por publicações diversas (boletins, jornais, livros) e por missivas variadas que nos remetem não raras vezes para a vida e obra de Camilo. Constitui-se, pois, em um dos eixos centrais para se compreender *além de Camilo Castelo Branco*: a obra deixada pelos camilianistas torna-se um dos verdadeiros *artefactos* a preservar e, nessa esteira, elencamos as fontes seleccionadas na Camiliana de Sintra e que estiveram na origem da análise que apresentamos enquanto prelúdio de futuras investigações, com recurso a uma metodologia comparativa e dialogante entre as fontes e recorrendo à interdisciplinaridade enquanto ferramenta coadjuvante que nos permite estreitar os laços de uma pesquisa que se desenvolve entre a História e a Literatura.

Consta na Camiliana sintrense a publicação “Estatuto da Associação Nacional de Interêsse Patriótico – Culto Camiliano”, datado de 21 de dezembro de 1916, onde se expõem as razões da criação do Culto, com sede em Lisboa, os meios a que recorreria a Associação Culto Camiliano para alcançar o seu objetivo (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 3). Evidenciava, no seu artigo 7.º, a criação do “Fundo de homenagem a Camilo”, que, pertencente ao Culto Camiliano e “depositado no Montepio Geral”, deixava manifesta a natureza da Associação compósita por uma comissão executiva com a função de administrar por um mandato completo equivalente à sua longevidade, que convocaria pelo menos uma reunião da Assembleia todos os anos na data do seu aniversário, como veremos (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 5). De acordo com o *Estatuto* dado à estampa, quanto antes a comissão executiva abriria um concurso para os artistas

nacionais apresentarem os seus projetos de um monumento que comemorasse Camilo (artigo 14.^o); e desta feita, o primeiro documento que salientamos na gênese desta investigação apresenta-se como aquele onde são aclarados os pontos chave do nosso objeto em análise. Por outro lado, a publicação “Factos e Documentos referentes ao Culto Camiliano”, datada de 1925, constitui-se num documento semelhante no seu valor referente à mesma Associação; Custódio José Vieira surgindo como o pai da ideia do Culto Camiliano, nas suas primeiras linhas, merece realce enquanto aquele que projetava um monumento e almejava a aquisição de fundos para o ver erguido (FACTOS E DOCUMENTOS, 1925, p. 1). Com referência à reunião havida no dia da fundação do Culto Camiliano, a qual legitimada a 22 de janeiro do ano seguinte, com referência à lei de 14 de fevereiro de 1907 (art.^o 1.^o) que a fundamentou (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 6), o documento patenteia todos os aspetos referentes ao cômputo geral do Culto que nos permitem aprofundar a investigação adiante.

Mas, sobre o “Culto Camiliano”, também a Biblioteca Nacional de Portugal (BN) é similar repositória de um acervo documental composto por 63 documentos: avulsos que se encontram preservados no Espólio de Custódio José Vieira³; espólio que afixamos pertença do principal fundador do Culto em 1916 e não o amigo extremo de Camilo (CABRAL, 1989, p. 658). Sublinhamos, a própria BN deixa incógnito o período de existência da personalidade tutelar do espólio (ESPÓLIO VIEIRA, 1916-1917, Esp. A/5736-5739). No âmago desta, verifica-se a existência de documentação referente à criação e trabalhos do Culto; missivas dirigidas ao responsável pela ideia da fundação (Esp. A/5740, Esp. A/5741, Esp. A/5742, Esp. A/5743), destacando-se a de Manuel Duarte Laranja Gomes Palma, que em 1890 era Presidente da Câmara Municipal e oferecia cópia dos assuntos da época e “dos ofícios” que trocou com “os descendentes de Camilo” (ESPÓLIO VIEIRA, 1917, Esp. A/5736 e Esp. A/5737-5739), assim como circulares (ESPÓLIO VIEIRA, 1916, Esp. A/5781), respetivas listas de personalidades endereçadas⁴ para divulgação do Culto Camiliano, entre as quais

³ Custódio José Vieira “foi presidente da Comissão Executiva da Grande Comissão do Primeiro Centenário do Nascimento de Camilo Castelo Branco (1925)”, tendo trabalhado no *DN* e sido “depositário dos bens móveis do Paço Real da Ajuda” (ARQUIVO PESSOAL DE JOSÉ DE AZEVEDO E MENEZES, 2022). Foi “funcionário do Ministério das Finanças, responsável pelo processo de averiguações e sindicância” decorrido entre 1 de agosto de 1912 e 17 de junho de 1913 “acerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda e do seu administrador” (SOARES, 2016, p. 68). Foi “responsável da Secção dos Palácios Nacionais”, sobressaindo na história do Palácio da Ajuda (SOARES, 2016, p. 68).

⁴ Entre essas personalidades, destacamos aquelas que se inscrevem na “Relação de vários indivíduos aos quaes se deve enviar a circular do ‘Culto Camiliano’”: Carlos Ribeiro Ermida; José d’Azevedo e Menezes; Dr. Artur de Carvalho; Albano da Cunha; José d’Azevedo Castelo Branco; José da Costa Amorim; Armando Marinho da Cunha; João Pedro de Souza; Antonio dos Santos Jorge; Dr. Manoel dos Santos Lameiro; Dr. Reynaldo dos Santos; José Augusto Pimenta; Ernesto Driesel Schröter; Dr. Abel Pereira d’Andrade; José Adolpho de Mello e Souza; José d’Oliveira Avides; Dr. José Osorio Saraiva (que “respondeu”); Dr. João Alfredo Antunes Macedo Santos; Dr. João Pinto Rodrigues dos Santos; Dr. Alípio Albano Camello; Dr.

Ricardo Jorge; F. C. de Senna Cardoso; Dr. Antonio Cassiano Neves; José Nunes da Cunha; Dr. Manoel de Brito Camacho; António Cabral; Eusebio Serodio Gomes; Alfredo(?) da Silva; Conde de Paçô Vieira; Visconde de Santarem; Visconde de Pindella; Marquez de Val-Flôr; Luiz da Costa Amorim; Fernando Anjos; Julio de Senna(?) Castro Ribeiro; João Leal (que “respondeu”); Agostinho Inácio da Conceição Estrella; José Mendes Nunes Loureiro; Manoel Pereira Dias; Candido Sotto Maior; Fausto de Figueiredo; Dr. Simões Corrêa; Luiz Xavier Barbosa; Dr. Alberto Pedroso; Camillo Castello Branco de Carvalho; Dr. José Soares da Cunha e Costa; Joaquim Sotto Maior; Antonio Gomes Netto J.; Luis José Fernandes; Pedro Bordallo Pinheiro; Camillo Infanta de La Cerda; Amadeu Infante de La Cerda (ESPÓLIO VIEIRA, 1916-1917, Esp. A/5784). Outros nomes encontram-se apontados em folha de rascunho com a mesma cota: Conde de Vizela; Alvaro de Castelões (“Director dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro”); Dr. Jorge Faria; Alvaro Viléla (“Redacção d’A Democracia”); Bento Carqueja (“Director do Comércio do Porto”); Dr. Eduardo Carmelo (Juiz); Julio Brandão (Professor); Dr. Carlos Braga (Advogado); Dr. Casemiro da Cruz Teixeira; Dr. Sousa Costa; Conde de Paçô Vieira; Dr. Jaime Cortesão (“Deputado”) e Dr. Antero de Figueiredo (ESPÓLIO VIEIRA, 1916-1917, Esp. A/5784). Na “Lista das pessoas a quem foram enviados pelo correio, Estatutos e circulares de convite”, constam os seguintes nomes: Dr. Trindade Coelho; Ovídio Medeiros; José Vitorino Ribeiro; Ernesto Donato; M. Cardoso Marta; Dr. António Cabral; Alberto Pimentel; Dr. Alberto Pimentel; Dr. Ricardo Jorge; Dr. Ricardo Jorge (filho); Oldemiro César; Vasco de Mendonça Alves; Henriques Marques; Dr. Sérgio de Castro; Dr. Jorge de Faria; Albino Forjás de Sampaio; Luís Ferreira Lima; Carneiro Geraldês; Dr. João de Deus Ramos; Ferreira da Silva; Visconde de Vila Moura; Conde de Castro e Sola; Manuel dos Santos; António Albino de Carvalho Mourão; Luís Devoret; Eugénio de Castro; Conde de Paçô-Vieira; Dr. Maximiniano Lemos; Dr. Manuel de Castro; João Paulo Freire (Mário); João Grave; Antero de Figueiredo; Dr. Humberto de Avelar; Luís Xavier Barbosa; Carlos Branco; Dr. Abel de Andrade; Dr. João Arroio; Dr. Reinaldo dos Santos; José Rodrigues Simões; José dos Santos; José Lagrange; Jaime Cortesão; Albano da Cunha; Francisco Moreira; Manuel Fernandes Tomás; Carlos Duarte do Amaral; José de Azevedo e Meneses; Tomás da Fonseca; Fernandes da Silva; Dr. Pedro Alcântara de Andrade Moraes; Dr. Egas Moniz; Lelo & Irmão; Magalhães & Monis; Parçaria Antonio Maria Pereira; Dr. Jacinto de Magalhães; Henrique Pinho da Cunha; Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro; Dr. Artur Gomes de Carvalho; José de Assis Camilo; António Maria de Oliveira Belo; Dr. Alberto de Sousa Costa; Júlio Brandão; Dr. Carlos Babo; Dr. Joaquim Manso; Dr. Cláudio Basto; Cruz Magalhães; Dr. Vicente Arnos(?); Vicente Ferreira; Camilo Castello Branco de Carvalho; General Fernandes Costa; Dr. Teixeira de Queirós; Dr. João de Barros; Firmino Pereira; Augusto Rosa (actor); Antonio Carneiro; Dr. Augusto Gil; Raul Brandão; Dr. Alberto Saavedra; Dr. Bernardo Madureira; Carlos Borges; Dr. Carlos Braga; Alfredo de Faria; Dr. Manuel da Silva Gaió; Joaquim Leitão; Eduardo Brasão (ator); Dr. António Lino Neto; Dr. Alberto Teles; João Colares Pereira; Dr. Manuel Duarte Laranja Gomes Palma; Dr. Francisco Manuel Pereira Coelho; Venceslau Vicente; Dr. Ladislau Patrício; Conde de Arrochela; D. Fernando de Almeida; Sebastião de Araujo; João Inácio de Oliveira; Vítor Manuel da Costa Ferreira J.^o; José Agostinho; Dr. João da Rocha Páris; Filipe Tormenta; Dr. Alfredo da Cunha; José Relvas; Visconde da Esperança; Dr. Francisco Canavarrô de Valadares; Aprígio Mafra; Fernando Belo; Dr. Joaquim Hilário Pereira Alves; Dr. Alberto Pedroso; Dr. José de Azevedo Castello Branco; Dr. Paiva Jácome; Dr. Manuel de Carvalho; Alberto Barbosa; António Júlio da Sousa Machado; Manuel das Dores Nunes; Luís José Fernandes; João Monis Pereira; António Tomás Quartim; Joaquim G. da Costa Caldas; Carlos V. Ferreira Alves; Dr. Frederico Guilherme Teixeira Bastos; Óscar Portela; Vasco Rosa Ribeiro; Sá Penela; António Baeta; Bernardino Ribeiro de Carvalho; Agostinho Fernandes; Dr. Adolfo Talone Costa e Silva; Júlio Worm; Joaquim Augusto dos Santos; Moisés Marcondes; Alexandre Ramos Paz(?); Dr. Vicente Monteiro; Francisco Hermenegildo da Silva Pinto; Oliveira Monteiro; António Joaquim Rodrigues; Conde de Almarjão; Dr. Alfredo Artur de Carvalho; Joaquim Rodrigues Simões; Nuno Catarino Cardoso; António Marinho da Cunha; Dr. Azevedo Borralho; Eduardo Fonseca; Afonso de Dornelas; Carlos Nápoles; José Isidoro Rodrigues; Eduardo Reis; José Inácio Dias da Silva; Visconde Dias da Silva; Visconde de Santarém; Alfredo Meneres; António Reis Pôrto; Henrique José Monteiro de Mendonça; Henrique de Mendonça Alves; Dr. Júlio de Vilhena; Dr. Nuno Simões; Daniel Augusto dos Santos; Francisco Maria de Oliveira e Silva; Manuel Pinto e Sousa; Francisco Correia de Mesquita Guimarães; Rodrigo Ferroso; Dr. Augusto de Castro; Alfredo António Ramel; Laurentino Proença; Júlio César Tôrres; Arnaldo Malheiro; P.^e José da Silva e Castro; Dr. Afonso Lopes Vieira; João Saavedra Machado; Dr. António Fonseca; Dr. Ernesto Carneiro Franco; Dr. Carlos

constam figuras gradas d’*A Renascença Portuguesa* como abaixo elencámos (ESPÓLIO VIEIRA, 1916-1917, Esp. A/5783 e Esp. A/5784); e 10 envelopes dirigidos a António Baeta, a Agostinho Fernandes, a Manuel das Dôres Nunes, a Joaquim Manso, a Mateus Oliveira Monteiro, a Arnaldo Malheiro, a Carlos Nápoles, a António Joaquim Rodrigues, a Alberto Barbosa e a Júlio Brandão (ESPÓLIO VIEIRA, [s. d.], Esp. A/5789-5798); o patrocínio reservado a outras iniciativas que se desenvolviam na esteira do mesmo desígnio, como a preservação/reedificação da casa de Camilo (ESPÓLIO VIEIRA, 1917, Esp. A/5740 e Esp. A/5777), ofertas legadas ao Culto e por ele requisitadas de modo insistente (ESPÓLIO VIEIRA, 1917, Esp. A/5770, Esp. A/5773 e Esp. A/5778), pareceres dos seus sócios e fundadores sobre a obra de Camilo (ESPÓLIO VIEIRA, [s. d.], Esp. A/5755). No “Culto Camiliano” da BN, constam exemplares do Estatuto da Associação, mormente, do seu 1.º projeto (ESPÓLIO VIEIRA, [s. d.], Esp. A/5744), o qual apresenta do 1.º ao 4.º artigos, passando seguidamente para o 13.º até ao 15.º; neste realce merece o 4.º art.º pela datação que refere: “A associação durará até 16 de março de 1926, dia em que se completa aquele centenário, mas será prorrogado pelo tempo indispensável, se, por qualquer motivo, não puder inaugurar o monumento no referido dia” (ESPÓLIO VIEIRA, [s. d.], Esp. A/5744). As modificações que foram propostas constam similarmente no mesmo acervo documental (ESPÓLIO VIEIRA, [s. d.], Esp. A/5745), assim como as justificações que levaram às respetivas alterações do Estatuto (ESPÓLIO VIEIRA, [s. d.], Esp. A/5746). Várias cópias do *Estatuto* (as suas provas) publicado em 1916 encontram-se disponíveis no espólio de Custódio José Vieira, assim como a lista de sócios do Culto Camiliano e as quotas inerentes em 1917 (ESPÓLIO VIEIRA, [1917], Esp. A/5756); um artigo de especial interesse, publicado pel’*O Século* – diário matutino de Lisboa – a 7 de fevereiro de 1917, na sequência da legalização do Culto Camiliano (ESPÓLIO VEIRA, 1917, Esp. A/5768), que usa de tamanha ironia não sobre o objetivo da empresa, mas pela sua composição e aparência, como veremos, também nele se encontra depositado. De forma idêntica, encontra-se entre os avulsos da BN, integrante no referido espólio, um decreto publicado no *Diário do Governo*, nº 97, 1.ª Série, de 19 de junho de 1917, relativo à disponibilidade de utilização do Teatro de S. Carlos, em Lisboa (ESPÓLIO VIEIRA, 1917, Esp. A/5771), em matéria de aluguer dos seus espaços (Decreto Nº 3:195 do Ministério de Instrução Pública), que certamente interessou ao Culto Camiliano, ávido de angariar fundos através de iniciativas que interessassem o público em geral (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 4). Constam, similarmente, um *fac-símile* de uma carta de Camilo dirigida a um destinatário não identificado, tecendo-lhe o elogio e apresentando-se-lhe

Amaro; Dr. Emídio Mendes; Marquês de Vale Flor; Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy; Bento Mântua; José Martins (ESPÓLIO VIEIRA, 1916-1917, Esp. A/5783).

“absolutamente privado de meios” (ESPÓLIO VIEIRA, 1846(?), Esp. A/5786); de forma idêntica, um escrito intitulado “Custódio José Vieira – A ortografia de Camilo” contém cópia de excertos, onde se menciona Custódio José Vieira na ajuda ao seu amigo aquando “do processo de adultério” (Camilo), tendo sido “a única pessoa que o aconselhou” (CABRAL, 1989, p. 658), verificando-se identicamente a dedicatória de Camilo d’O *Filho Natural* a Custódio José Vieira (1822-1879), figura que titula aquele escrito e possivelmente pai do nosso Custódio José Vieira, responsável pela ideia do Culto Camiliano.

Contexto histórico (1916-1925)

O Culto Camiliano surgiu num momento de complexidade política que varria o país de Norte a Sul pelas atenções desencadeadas em torno do governo luso e dos problemas que a República enfrentava em matérias de afirmação almejada inclusive além-fronteiras, revelando-se a I Guerra Mundial absorvente deste espectro em Portugal, convirá assim atendermos ao contexto histórico de uma ideia despontada no ano da entrada de Portugal na guerra, sem esquecermos o contexto de renovação cultural que determinados círculos de elites literárias e artísticas consagraram à época em que o nosso objeto de estudo se inscreve.

Posto isto, a ocorrência de 20 a 25 de janeiro de 1915, designada de *movimento das espadas*, que implicou a demissão do governo vigente e originando um novo executivo de cariz ditatorial encabeçado por Pimenta de Castro (1846-1918), inscreve-se, na linha de Esteves Pereira, sob o signo “[d]os problemas levantados” no contexto nacional, os quais resvalavam na incapacidade de entendimento partidário naquilo que respeitava ao desentendimento que grassava no país após a demissão do governo de Bernardino Machado (1851-1944) ocorrido em dezembro de 1914 (PEREIRA, 2017, p. 26). Esta conjuntura levou Raul Proença (1884-1941) a escrever n’*A Águia* sobre a sensação de um novo 5 de outubro – revolução que conduziu à implantação da República Portuguesa em 1910 –, levando-o inclusive a ponderar em tal contexto eruptivo “o retorno à monarquia” que considerava que “não estivera longe” por esses tempos (PEREIRA, 2017, p. 27). De resto, cerca de uma semana após a declaração de guerra concretizada pela Alemanha a Portugal, observávamos a constituição a 15 de março de 1916 do Ministério da União Sagrada, que se consumou na junção dos três partidos políticos suprarreferidos com vista à ideia de uma estabilidade governativa que se verificará vã: o CEP é então enviado para a guerra entre janeiro e fevereiro de 1917, e Sidónio Pais (1872-1918) conduzirá o país a partir de dezembro do mesmo ano a uma nova experiência autoritária (PEREIRA, 2017, p. 28-29), tida como a semente germinante do 28 de maio de 1926, promotor do

Estado Novo de Oliveira Salazar, mas antes deixando um legado à Nova República Velha quase messiânico (CHORÃO, 2010, p. 227), que alguns tenderam a não esquecer como verificável a exemplo, em trabalhos de autores ligados às novas estéticas literárias, como Fernando Pessoa (1888-1935).

É neste contexto em *queda livre* de “vozes dissonantes” que o movimento d’*A Renascença Portuguesa* – que conta com personalidades que mais tarde integrariam a *Seara Nova*, revista criada em 1921 – presta um “expressivo apoio à intervenção de Portugal na guerra”, sendo *A Águia* o seu principal veículo de transmissão, que a partir de 1916 elenca em espaço crescente nas suas páginas a beligerância no Velho Continente e o “interesse patriótico de defender as possessões ultramarinas ameaçadas” tal qual José Esteves Pereira adverte no seu trabalho (PEREIRA, 2017, p. 29), assumindo os renascentes um papel “interventivo” no contexto político que envolveu a República nos primeiros anos da sua existência: era a ideia de Jaime Cortesão (1884-1960) de uma “*consciência activa*”, do “*despertar de alma*” de Teixeira de Pascoaes (1877-1952), da “avaliação política e cultural da vida do país”, que Raul Proença pretendia (PEREIRA, 2017, p. 20) e que Camilo havia traçado na sua obra, como Jaime Cortesão afirmou sobre a amplitude descritiva de Castelo Branco (SAMUEL, 1990, p. 10). No fim de contas, era a *modernidade*: este movimento cultural almejava providenciar ao país os meios de contacto com aquilo que interessava ao estrangeiro, mas sem o desenraizar (PEREIRA, 2017, p. 21).

Em 1915 a revista *Orpheu* saía à rua (JÚDICE, 1996, p. 253); o futurismo sendo sondado no Portugal de início de Novecentos, não merece uma atenção demasiada porque “os espíritos” estão arredados, em grande parte, “dos problemas literários” devido aos tumultos que preenchem a cena política: ora pela queda da monarquia, ora pela revolução republicana (JÚDICE, 1996, p. 255), ora ainda pela instabilidade governativa com que a República se verá a braços. Por outro lado, os cafés, lugares de discussão das tendências então em voga, assumem-se fora da ideia boémia “do ultra-romantismo” e personalidades como Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro (1890-1916), José de Almada Negreiros (1893-1970), Guilherme de Santa-Rita (1889-1918) tendencialmente “manifestam as suas distâncias em relação a uma República que é representada por esses homens do passado [...]” (JÚDICE, 1996, p. 255-256), onde de resto Camilo Castelo Branco figurava. Em 1915 estamos, similarmente, no ano do *Manifesto Anti-Dantas* contra o “conservadorismo mental” impregnado na sociedade portuguesa. O futurismo, porém, esgotar-se-ia entre o período sidonista (1917-1918), sendo célere na sua longevidade (JÚDICE, 1996, p. 261), mas nem por isso menos “escândalos[o]” na época em que se situou: visíveis foram os contrastes que determinavam a sua vanguarda face às correntes anteriores (GONÇALVES, 1996, p. 263). Nesta conformidade, o contexto de aparecimento do Culto Camiliano revolveu-se entre a turbulência dos primeiros anos da República

Portuguesa e a sua ida à guerra, levando a um autêntico apanágio do patriotismo, não obstante as correntes artístico-literárias que granjearam notoriedade em prol de um Portugal revolucionado culturalmente. Reforçamos, neste último, o papel d’A *Renascença Portuguesa* que certamente não passou despercebido entre os cultores do autor de Seide, como tivemos oportunidade de verificar através das listas de personalidades convidadas pelo Culto Camiliano. No seu *Estatuto* publicado em janeiro de 1912 n’A *Águia*, o movimento dos renascentes, presente no Porto, em Coimbra e em Lisboa (SAMUEL, [s. d.], p. 39), constituía-se sociedade e no seu âmago cabia um “número ilimitado de sócios” com determinadas quotas e o dever semelhante de ofertar à *Renascença* um exemplar de suas publicações (SAMUEL, [s. d.], p. 40); consagrava-se o seu projeto à promoção da “cultura do povo português”, o que se fazia através de conferências, de manifestos, de revistas, de livros, de bibliotecas, de escolas, entre outros meios que não referiam inicialmente (SAMUEL, [s. d.], p. 39). A inspiração do Culto Camiliano decerto não andou longe deste cenário; de resto, a 7 de fevereiro de 1917, *O Século* – diário lisboeta de grande tiragem criado em 1880 –, publicava o artigo “Amigos dos Diabos – Como se consagra a memória de um morto ilustre” (O SÉCULO, 1917, p. 1): nele o articulista deu rumo à pena para se referir ao Culto Camiliano enfolando-lhe os defeitos da época sem lhe ver quaisquer virtudes, mas reconhecendo o intuito do projeto quanto ao monumento a Camilo: vincava o seu desagrado através da ironia em torno da iniciativa que de resto se fez gorada; o Culto Camiliano seria “[...] mais um a juntar aos que aí ficam”, pois se existia “‘Azeite Herculano’, o ‘Sabonete Camões’, a ‘Engraxadoria Garrett’”, o Culto Camiliano perfazia a predileção ao sarcasmo do redator (O SÉCULO, 1917, p. 1).

De resto, no pós-I Guerra Mundial os sintomas de uma paz malograda a partir da Conferência de 1919, que trouxe Portugal à mesa das negociações enquanto país de “interesses limitados”, causou manifesto desalento interno e um clima de descontentamento corrosivo para com a I República em gradação; não obstante o enredo em contexto nacional com que o país se defrontou em plena Conferência da Paz devido à instauração da Monarquia do Norte (SILVA, 2008, p. 30). Por outro lado, entre 1915 e 1919 verificam-se impulsos que conduzem ou à degradação ou ao desenvolvimento de iniciativas que anteriormente se haviam delineado ou a novas no recente contexto (TELO, 2011, p. 98); a partir de 1919, as atenções voltavam-se para a nova ordem internacional e para as reparações de guerra diminutas na parcela que coube aos lusos, não obstante os problemas que se arredavam por todo o país na esteira da crise mundial em que Portugal se inseria e onde a inflação galopante matizava a sociedade e os movimentos grevistas se intensificavam (TELO, 2011, p. 102). Simultaneamente, “o déficit da balança comercial aumenta muito” com o objetivo de compensação das carências dos anos anteriores: só a emigração benfazeja

pelas remessas aumenta até 1925, mas em valores nada idênticos aos do pré-guerra (TELO, 2011, p. 103). Ora, neste contexto que cria a ideia de um “vazio” na sociedade motivado pela guerra, a ânsia de renovação eclode e, na linha de António José Telo, é essa mesma “orfandade” que “lança a confusão” e a permite (TELO, 2011, p. 147). O nacionalismo torna-se quotidiano por toda a Europa, e a paz “abre para um período de revoluções, guerras civis, golpes e contragolpes” que incendeiam o Velho Continente e o mundo, e ao qual Portugal não foi exceção (TELO, 2011, p. 149), conquanto o *patriotismo* difundido pelas Associações que nela cunhavam essa designação – não se constituindo caso inédito o Culto Camiliano – e compondo-se enquanto frutos da sua época, inseriam-se no panorama da almejada *renovação cultural* que por cá se fez sentir, mas rebuscando-se no passado aquilo que aquele presente conflituante não gerava: e nesta senda, o contexto de aparecimento do Culto dedicado a Camilo Castelo Branco, extrapolando a ideia primária de contributo no centenário do autor, acrescentava-se como uma das consequências da escassez descoberta no peso legado pelo pretérito próximo no campo retratado.

O Culto Camiliano a partir de 1916: mais do que comemorações sobre o centenário de nascimento do autor de Seide e menos do que aquilo a que propôs

Entre as fontes selecionadas, tal como elencámos anteriormente na esteira do Culto Camiliano, constam os *Estatutos da Associação*, a obra *Factos e Documentos Referentes ao Culto Camiliano* da autoria de Caft – pseudónimo de António Tavares de Carvalho [1866-1938]⁵ –, e as referências feitas à instituição nos anos de 1924 e 1925 n’ *O Diário de Notícias (DN)*; constituindo-se primaciais

⁵ António Tavares de Carvalho (1866-1938) fez parte do pessoal da fiscalização do imposto do selo (GOVERNO PORTUGUÊS, 1899, p. 1823). Nessa qualidade, foi inspetor de primeira classe e visitador de primeira classe. Foi exonerado do segundo cargo em 4 de fevereiro de 1898 (GOVERNO PORTUGUÊS, 1898a, p. 1823), por ter sido nomeado para o cargo de “tabellião privativo de notas” na comarca de Lisboa em 31 de dezembro de 1897 (GOVERNO PORTUGUÊS, 1898, p. 174). Através da notícia da criação da sociedade A. Rodrigues e C.^a em 31 de agosto de 1901, publicada no *Diário do Governo* em 3 de setembro de 1901 (GOVERNO PORTUGUÊS, 1901, p. 2372), ficamos a saber que o cartório notarial de António Tavares de Carvalho, notário da comarca de Lisboa, se situava na Rua Aurea, n.º 50, 1.º andar. Aí se mantinha em 16 de outubro de 1911 (COMISSÃO DE FINANÇAS, 1912). Consoante os estatutos da “Associação Nacional de Interêsse Patriótico Culto Camiliano”, redigidos, a pedido de José Custódio Vieira, pelo notário em estudo (CAFT, 1925, p. 6) e aprovados pelos fundadores em 21 de dezembro de 1916, a sede da Associação era a mesma do cartório notarial de António Tavares de Carvalho (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 3-8). O notário da comarca de Lisboa produziu obras sobre a respetiva atividade profissional, entre as quais se contam *Actos dos Notários* (CARVALHO, 1897), e dirigiu uma revista também dedicada a ela, a *Gazeta do Notariado*, entre 1901 e 1902 (CARVALHO, 1901-1902). Como camilianista, além de ter participado na associação Culto Camiliano, foi também autor da obra *A minha Casa de Camilo: comemoração do 99.º aniversário do glorioso escritor* (CARVALHO, 1924).

no desenvolvimento deste texto em se que pretende uma análise sobre elas, retomaremos as premissas centrais no seu âmago que nos permitem aferir para além dos propósitos do Culto Camiliano as questões surgidas na sua longevidade e problemas manifestados.

O pseudónimo identificado sabemos-lo porque o autor da obra (CAFT, 1925, p. 9) referiu que o “Fundo de homenagem a Camilo”, depositado no Montepio Geral antes da criação do Culto Camiliano, era administrado por si, por Mário Tavares de Carvalho, seu filho, e por Joaquim Madureira (1874-1954)⁶; de resto, consultando os *Estatutos* do Culto, aferimos a partir do § único do artº. 7º que o “Fundo de Homenagem a Camilo”, que consoante esse parágrafo ficava desde a entrada em vigor daqueles estatutos a pertencer à Associação, era, pois, administrado por Joaquim Madureira, Mário Tavares de Carvalho e António Tavares de Carvalho (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 5). Como referido anteriormente, o responsável pela ideia do Culto foi Custódio José Vieira: solicitou insistentemente a António Tavares de Carvalho que redigisse os Estatutos da futura Associação e que fosse o seu tesoureiro. O notário lisboeta anuiu aos pedidos de Vieira e dedicou-se também a solicitar a participação na organização camilianista de amigos seus (CAFT, 1925, p. 6). O “Estatuto da Associação Nacional de Interêsse Patriótico Culto Camiliano” foi aprovado numa reunião da respetiva comissão instaladora⁷ no dia 21 de dezembro de 1916 às 21 horas na rua Áurea, nº 50, 1º andar: a Associação foi registada no Governo Civil de Lisboa em 22 de janeiro de 1917 (CAFT, 1925, p. 6-7); mais, o documento criou, através do artº. 3º, uma associação que pretendia “perpetuar a memória de Camilo Castelo Branco, por todos os meios”, mas especialmente através da construção de uma estátua em sua homenagem (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 3), angariando os fundos necessários para o projeto, e comprometendo-se a coletar as cotas dos respetivos sócios (consoante o artº. 6º, 6\$00 anuais para os “sócios efetivos”, que deveriam pagar esse valor durante toda a duração da Associação e qualquer valor em qualquer data para os “sócios aderentes” (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 5); empenhar-se-ia, de modo idêntico, a realizar

⁶ Republicano e democrata, nascido em Lisboa, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi à escrita que dedicou o seu alento, “usando-a como arma de intervenção na vida cultural e política do país”; com o pseudónimo de *Braz Burity* foi jornalista (a partir de 1895) e crítico artístico e teatral para além de “polemista e panfletista”. Estreou-se no *Resistência* – “bi-semanário do Partido Republicano Português coimbrão” –, passando pel’*O Mundo*, pel’*O Paiz*, pel’*A Luta*, pel’*O Povo de Aveiro*, pel’*O Intransigente*, pel’*O Jornal* e, finalmente, pel’*O Diabo* onde terminou a sua carreira em 1937, vindo a falecer no Porto (CAMÕES – INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2022.).

⁷ A saber: Afonso de Azevedo Nunes Branco, António Tavares de Carvalho, Custódio José Vieira, Delfim de Brito Guimarães, Joaquim Madureira, João Celestino Pereira de Sampaio, Júlio Dias da Costa, Manuel de Ascensão Espinho e Mário Tavares de Carvalho (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 8). Afonso de Azevedo Nunes Branco (1888-?) foi trabalhador do conselho fiscalizador de Comércio Geral e Câmbios, tal como jornalista. Esteve ligado às comemorações do centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco. (ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, 2022).

conferências, espetáculos e a usar de quaisquer meios de angariação do valor para alcançar os seus objetivos (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 4). Sendo 16 de março de 1925 o dia do centenário a celebrar, consoante o art.º 5.º, e a menos que decidido pela respetiva assembleia geral, a associação dissolver-se-ia nessa data tal qual o *Estatuto* dado à estampa (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 4). Por disposição do § único do art.º 7.º, os fundos da Associação ficaram depositados no “Fundo de Homenagem a Camilo” e, na esteira do art.º 11.º, era administrado pela sua comissão executiva (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 5-6). A comissão executiva ficou constituída da seguinte forma:

Vogais efectivos – Presidente, Delfim de Brito Guimarães (1872-1933)⁸; Secretario, Custodio José Vieira; Tesoureiro, Antonio Tavares de Carvalho. Vogais substitutos – Presidente, Manuel de Assunção Espinho⁹; Secretario, Julio Dias da Costa¹⁰; Tesoureiro, Mario Tavares de Carvalho. (CAFT, 1925, p. 7).

Entre 1916 e 1917, o Culto Camiliano não promoveu qualquer atividade; segundo António Tavares de Carvalho, a “revolta de Sidonio” e a situação política de Portugal, nessa época, foram fatores determinantes, não obstante Custódio José Vieira adoecer. Porém, isso não impediu a organização de iniciar a angariação de fundos (CAFT, 1925, p. 7). Já em 27 de agosto de 1917, na linha da

⁸ Era filho de Delfim José Monteiro Guimarães Júnior, “comerciante e jornalista” e “editor de Alberto Pimentel”. Estudou no Porto e trabalhou no *O Século* como guarda-livros e, seguidamente, como administrador. Reorganizou ainda a revista “Mala da Europa” e foi editor. Passou, depois, a Administrador do Concelho de Ponte de Lima e voltou-se para o comércio, detendo interesses em S. Tomé. Mais, “fundou uma Livraria-Editora, através da criação da sociedade ‘Guimarães, Libânio & Cª’, com Libânio da Silva” e mais tarde, já sem este, fundou a Livraria Editora Guimarães. Nas publicações de sua autoria utilizou o pseudónimo Castro Monteiro. Foi poeta, ficcionista, dramaturgo e crítico literário; entre 1922 e 1928, dirigiu a revista *Arquivo Literário*, na qual foi escritor prolífero. Destacamos também no *DN*, n.º *A Província*, n.º *O Lima*, na *Revista Limiana*, no *Almanaque de Ponte de Lima* e em outras (ARQUIVO MUNICIPAL PONTE DE LIMA, 2022).

⁹ Amigo próximo de Camilo Castelo Branco, de Ana Plácido e do filho do romancista, “servindo de companhia [a estes últimos] [...] nas ocasiões em que o escritor se deslocava ao Porto” (CABRAL, 1989, p. 254); após suposto aborrecimento com Camilo desejou reconciliar-se, nunca tendo esquecido “os benefícios recebidos do seu protector” e, por isso, presenciou o funeral de Camilo (CABRAL, 1989, p. 255). Já em 1916 editava *Cartas Inéditas da Segunda Mulher de C. C. B.*, revertendo o seu valor para a reconstrução da casa de S. Miguel de Seide (CABRAL, 1989, p. 255). Camilo conhecera Espinho em Coimbra em 1875, tendo este sido colega de colégio dos filhos do romancista, ficando amparado por Camilo aquando da morte de seu pai naquele ano: o autor conseguira-lhe nomeação como “escriturário de Fazenda em Famalicão”, tal como Camilo relatou em carta a Duarte Gustavo Nogueira Soares, em 1 de novembro de 1881 (CABRAL, 1989, p. 254). Espinho tinha 24 anos quando “entrou na intimidade da Casa Amarela”; foi, mais tarde, “escrivão da Fazenda da Póvoa de Varzim” e de seguida “funcionário superior” na direção de uma repartição de Finanças de Lisboa. Publicou trabalhos sobre o seu ofício (CABRAL, 1989, p. 254).

¹⁰ Júlio Dias da Costa (1878-1935), formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi Escrivão da Relação de Lisboa. No que toca aos seus interesses camilianos, optou principalmente por estudos bibliográficos (CABRAL, 1989, p. 207). Entre eles, é de especial nota *Dispersos de Camilo* (COSTA, 1924). Foi também autor de *Escritos de Camilo* (COSTA, 1922), *Palestras Camilianas* (COSTA, 1925) e *Novas Palestras Camilianas* (COSTA, 1936).

documentação encontrada no Espólio de Custódio José Vieira à guarda da BN, o Culto Camiliano contava com os seguintes sócios: A. A. N. Branco; A. T. de Carvalho; C. J. Vieira; D. B. Guimarães; J. Madureira; J. C. P. Sampaio; J. D. da Costa, que nos sócios d'*A Renascença Portuguesa*, em c. 1915, poderá ser Júlio Costa (SAMUEL, [s. d.], p. 54); M. A. Espinho; M. T. de Carvalho; J. G. da C. Caldas; R. da C. Santos; V. C. de Almeida; A. M. Fernandes; A. R. Seabra; A. Bensaúde; M. dos Santos; C. M. Branco; J. R. Simões; A. M. O. Belo; J. M. Pereira, que surgirá talvez, n'*A Renascença Portuguesa*, enquanto sócio, como José Maria Pereira (SAMUEL, [s. d.], p. 54); similarmente, F. H. S. Pinto, n'*A Renascença* possivelmente como Francisco Henrique Pinto (SAMUEL, [s. d.], p. 53); H. M. Alves; J. A. Camilo; J. R. Simões; A. A. C. Monteiro; L. F. Lima; J. I. Rodrigues; A. M. Pereira; J. A. A. Borralho; F. O. Belo; A. Meneres; M. D. L. G. Palma ; A. M. da Cunha, que n'*A Renascença Portuguesa*, na lista de sócios, será talvez António Maria da Cunha (SAMUEL, [s. d.], p. 51); J. D. Ramos, que talvez sócio d'*A Renascença* sugeriria João de Deus Ramos (SAMUEL, [s. d.], p. 53); J. P. Freire (Mário); E. Fonseca; J. F. Cruz, que n'*A Renascença* poderia equivaler a Justino Cruz (SAMUEL, [s. d.], p. 54); O. Portela; E. A. dos Reis; A. Reis, que talvez n'*A Renascença* fosse Aurélio da Paz dos Reis ou António Carlos da Silva Reis (SAMUEL, [s. d.], p. 51-52); J. I. D. da Silva; V. A. P. Nunes; A. da Cunha, que n'*A Renascença* poderá corresponder a António Maria da Cunha (SAMUEL, [s. d.], p. 51); J. de Faria; H. Marques; A. Cabral; F. M. P. Coelho; J. O. Saraiva; J. Lagrange; V. M. Alves; S. Araujo; J. F. Gonçalves; J. D. Guilhermino; H. J. Mendonça; J. Lial; A. R. Pôrto; J. P. N. Galvão; A. de Andrade, sócio talvez d'*A Renascença* com um destes nomes: Alfredo António de Andrade ou Alfredo Faustino de Andrade (SAMUEL, [s. d.], p. 50); A. F. da Silva; J. H. P. Alves; H. de Avelar; P. A. A. de Moraes; L. J. Fernandes; J. Leitão; M. E. P. Jácome; A. M. de Oliveira; M. F. Viana; L. Patricio; A. T. Quartim; M. B. Pinho; e J. de Lemos (ESPÓLIO VIEIRA, 1917, Esp. A/5756). Estes nomes constam numa folha “entregue ao Estrela (cobrador)” na data suprarreferida; os nomes extensíveis da lista de sócios providenciada por Samuel Paulo, relativa ao movimento d'*A Renascença Portuguesa*, resultam num esforço acrescido de relacionar, sem confirmação à data possível de maior profundidade, com os nomes encontrados na lista de sócios do Culto Camiliano disponível na BN; todavia, salvaguardamos o diálogo estabelecido na época entre o Culto e o movimento constituído no Porto, tanto pelos trabalhos dedicados a Camilo que este último empreendeu nos anos antecedentes ao centenário e nas suas comemorações (SAMUEL, 1990, p. 8), tanto pelo esforço dos cultores de Camilo na difusão da sua empresa junto de personalidades d'*A Renascença Portuguesa*.

A primeira receita que o Culto Camiliano obteve – 358\$60 – adveio do funcionamento do § único do artº. 7º dos respetivos estatutos (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 5); em 1914, António Tavares de Carvalho tinha custeado

e editado juntamente com Joaquim Madureira o opúsculo *Segredos d'Alma – Facsimile d'um autographo do Mestre* (CASTELO BRANCO, 1914). Em referência ao soneto “Os Amigos” de Camilo, imprimira 110 exemplares, vendidos a 1\$00 cada: antes, tinha depositado 110\$00 no Fundo de Homenagem, e da edição feita comprou 15 exemplares e Ventura Abrantes¹¹ outros 10, sendo os restantes vendidos ao público. Pouco depois, em data desconhecida, vendeu 15 exemplares a 10\$00 a unidade de *Registo Notarial*: coleção de doze opúsculos que produziu. Também em data incógnita, tinha debitado ao fundo 11\$40 para pagar ao cobrador de cotas do Culto o serviço (CAFT, 1925, p. 8-10). Com capital disponível, a coletividade manteve-se inativa entre 1917 e 1924: neste ano, em que se celebrava o 99º aniversário do nascimento de Camilo, António Tavares de Carvalho voltou a dedicar-se a tentar cumprir o objetivo da organização: construir em Lisboa um monumento ao romancista (CAFT, 1925, p. 10-12). Receoso de que, conforme os estatutos do Culto, a Associação se dissolvesse a 16 de março de 1925 “sem coisa alguma se haver feito” (CAFT, 1925, p. 13), decidiu unilateralmente contactar o “insigne [escultor] Teixeira Lopes” através de Adriano Coelho: a decisão violava o texto do artº. 14º dos *Estatutos* da Associação, que prometia que a comissão executiva (e não um membro singular), abriria assim que oportuno um concurso nacional para a apresentação de projetos. A escolha do monumento vencedor seria feita pela assembleia geral depois de consultada uma “comissão idónea especialmente nomeada para êsse efeito pela mesma assembleia”: os três projetos mais bem classificados seriam premiados e um deles seria escolhido como o monumento a construir através dos fundos da Associação (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 7). Mesmo tendo em conta esta disposição, António Tavares de Carvalho (1925, p. 13), que “Não o esquecia, e não esquecia Camilo”, no contexto do desinteresse dos restantes sócios pelos seus trabalhos desde a respetiva criação em 1916, tinha decidido atuar em conformidade com o que pensava serem os objetivos da coletividade. Sabia que o escultor português que tinha escolhido era autor da estátua “A Verdade”, dedicada à memória de Eça de Queirós e construída em Lisboa¹². Pretendia que

¹¹ Ventura Ladesma Abrantes (1883-1956) nasceu em Olivença em 1883. Era neto de uma emigrante portuguesa que se casou com um espanhol. Habitaram juntos em Olivença, onde nasceu o pai de Ventura Ladesma Abrantes, que foi barbeiro (MUSEO ETNOGRÁFICO EXTREMEÑO, 2022). Foi ativista, promotor da anexação da cidade espanhola de Olivença a Portugal. Graças à defesa dessa ideia, foi obrigado a exilar-se da sua cidade natal, estabelecendo-se em Lisboa. Desde 1925, liderou a Sociedade dos Amigos de Olivença. Em 15 de agosto de 1938 fundou a Sociedade Pró-Olivença, que em 26 de novembro de 1945 deu origem ao Grupo de Amigos de Olivença, que subsiste até hoje (GRUPO DE AMIGOS DE OLIVENÇA, 2022). Em Lisboa, teve a profissão de livreiro. Produziu várias obras sobre a cultura portuguesa em Olivença. Faleceu no Estoril em 1956 (MUSEO ETNOGRÁFICO EXTREMEÑO, 2022).

¹² Trata-se da estátua “A verdade”, da autoria de Teixeira Lopes, originalmente colocada no Largo Barão de Quintela em 1903. Devido a repetidos atos de vandalismo praticados sobre o original, desde 2001 a estátua que se encontra no local é uma réplica da escultura do artista escolhido pelo Culto Camiliano. O original,

o Culto Camiliano emulasse os “amigos de Eça de Queiroz”, construindo na capital um “monumento digno” a Camilo. Especificamente, queria saber quanto custaria comprar “o monumento cuja ‘maquette’ aparecera em tempo na *Águia*” (CAFT, 1925, p. 13): esta presentemente disponível no Arquivo Municipal do Porto (LOPES, 190?-191?), com a designação “As cinzas de Camilo”, obra homónima do Visconde de Villa-Moura, Bento de Oliveira Cardoso e Castro Guedes de Carvalho Lobo¹³, publicada em 1917 (VILLA-MOURA, 1917, p. 49). A primeira publicação de imagens da maquete que confirmámos foi na revista *A Águia*, que em dezembro de 1912 publicou três vistas da “*Maquette* da Estátua a Camillo [...] (De Teixeira Lopes)” (*A ÁGUIA*, 1912). Teixeira Lopes aceitou o pedido do solicitador, que ficou convencido da necessidade de convidar “alguns poucos amigos para uma reunião” do Culto Camiliano: na circular produzida em 18 de janeiro de 1924 que enviou aos sócios do Culto, sublinhou ser necessário que os membros da Associação se dedicassem a fazer com que o seu fim fosse cumprido, já que o centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco se celebrava dentro de pouco mais de um ano. No sentido de discutir “os meios practicos de se levar a efeito o monumento, de conformidade com as informações já obtidas do insigne estatuario Teixeira Lopes”, convidava-os para uma reunião na rua Áurea, nº 50, 1º andar, no dia 21 de janeiro de 1924 às 17h30 (CAFT, 1925, p. 13-14). A esta compareceram: António Teixeira Carvalho, Delfim de Guimarães e Paulo Freire¹⁴ (CAFT, 1925, p. 14). Os três membros do Culto constituíram, em conformidade com o artº. 13 dos *Estatutos* da coletividade, a assembleia geral da organização, considerada formada independentemente do

consoante informa a Câmara Municipal de Lisboa, está guardado no museu do Chiado (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2022).

¹³ Bento de Oliveira Cardoso e Castro Guedes de Carvalho Lobo (1877-1935), visconde de Vila Moura, nasceu na freguesia de Grilo, concelho de Baião, em 8 de novembro de 1877. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1900 e foi agraciado com o título de visconde de Vila Moura em 25 de outubro do mesmo ano. Foi o único portador daquela mercê porque não teve descendência. Foi parte do movimento Renascença Portuguesa, tendo-se destacado pelos seus escritos decadentistas, alguns dos quais incluem referências à homossexualidade, pelos quais se notabilizou. Foi militante do Partido Regenerador e foi eleito como deputado por esse partido em 1908. Depois da implantação da República (5 de outubro de 1910), passou a habitar na cidade do Porto e dedicou-se à produção literária. Faleceu nessa cidade em 3 de setembro de 1935 (MÓNICA, 2005). No que se refere a obras sobre Camilo Castelo Branco, foi autor de *Camillo Inedito* (LOBO, 1913), *Fanny Owen e Camillo* (LOBO, 1917) e *As Cinzas de Camillo* (VILLA-MOURA, 1917).

¹⁴ João Paulo da Silva Veneno Freire (1885-1953) nasceu na Murjeira, perto da cidade de Mafra, em 14 de setembro de 1885 (ARAÚJO; SOUSA, 2022). Foi seminarista e militar, mas destacou-se principalmente como jornalista, carreira que iniciou em 1904 (BERNARDO, 2022). Trabalhou nos jornais *Campos de Ourique*, *O Distrito de Beja*, *A Ordem*, *A Nação*, *A Capital*, *Diário Ilustrado* e *Jornal de Notícias* (MALAINHO, 2022). Em 1932 fundou o *Diário da Noite*. (ARAÚJO; SOUSA, 2022). Autor prolífico, destacou-se com a produção de poesia, novelas e estudos etnográficos (BERNARDO, 2022). Faleceu em 16 de janeiro de 1953 em Lisboa, vítima de doença prolongada (ARAÚJO; SOUSA, 2022), mas foi enterrado no Porto, sua cidade predileta (MALAINHO, 2022). Entre as suas obras dedicadas a Camilo Castelo Branco destacam-se: *A Casa de Camilo* (FREIRE, 1921), *Camilo Castelo Branco e as quadrilhas nacionais* (FREIRE, 1917) e *Camilo Castelo Branco e Silva Pinto* (FREIRE, 1918).

número de sócios efetivos presentes. Mesmo não cumprindo o § 2º do artigo, que referia que as reuniões da assembleia deveriam ser lideradas pelo presidente da comissão executiva, Custódio José Vieira (CULTO CAMILIANO, 1916, p. 7), o órgão assim formado tinha decidido “no mais perfeito acordo” esperar a conclusão da maquete que estava a ser produzida por Teixeira Lopes e o “orçamento das despesas” relativas a ela (CAFT, 1925, p. 14). Conforme é possível confirmar através de carta de 28 de julho de 1924 de Madureira para Guimarães e Tavares de Carvalho, a maquete a que a assembleia geral da coletividade se referiu na reunião que promoveu em 21 de janeiro de 1924 era distinta daquela que António Tavares de Carvalho tinha visto nas páginas d’*Águia* em 1912. Nessa carta, Teixeira Lopes referiu ter abandonado a “*maquette* primitiva” em data não mencionada por não estar satisfeito com o respetivo resultado: a maquete que o Culto Camiliano tinha encomendado era um segundo modelo, completamente distinto do primeiro. Uma fotografia da maquete mais recente pode ser encontrada no número 20.924 do *DN*, de 20 de abril de 1924 (PEREIRA, 1924).

Em março de 1924, António Tavares de Carvalho dedicou-se novamente a angariar fundos para o Culto. O notário decidiu comemorar do 99º aniversário do nascimento de Camilo (16 de março de 1924) com a edição às suas custas de um livro da sua autoria: *A minha “Casa de Camilo”* (CAFT, 1924); consoante a fatura de 18 de março de 1924 que providenciou, o notário pagou 1.135\$00 à Imprensa Libanio da Silva, sita no número 24 da Travessa do Fala-Só em Lisboa, pela impressão e composição de 200 cópias da edição de autor. A empresa Emílio Braga Lda, com sede na rua nova do Almada, adquiriu sete exemplares pelo valor de 140\$00 (20\$00 por exemplar) e a Sociedade Editora Portugal-Brasil tinha proposto ao autor a compra dos restantes 193 exemplares por 2.000\$00, um valor de cerca de 10\$00 por exemplar. O cultor, lembrado da dificuldade que tinha tido em vender de forma lucrativa *Segredos d’Alma...* em 1914, aceitou o negócio e depositou os valores resultantes no Fundo de Homenagem a Camilo (CAFT, 1925, p. 10-12). Em 20 de março de 1924, o valor depositado no fundo era, consoante o notário, 3.487\$30 (CAFT, 1925, p. 15). Nesse dia, o Culto Camiliano admitiu ter falhado nos seus propósitos. António Tavares de Carvalho, que se dava como presidente e tesoureiro do Culto, e Delfim de Guimarães enviaram uma carta ao jornal *DN*, que consideravam ser a instituição que mais capacidade teria de cumprir os objetivos da associação. Três dias depois, o jornal lisboeta criou uma comissão de celebração do centenário: a comissão executiva anexa a esse órgão era liderada por Custódio José Vieira, ex-presidente do Culto Camiliano (SAMPAIO, 1925, p. 1-2). Na sua carta, os membros do Culto referiam o seu objetivo principal falho de cumprimento: ter conseguido um número de sócios tal que as cotas pagas por essas pessoas fossem suficientes para, entre 1916 e 1925, adicionar ao fundo controlado pela instituição o capital necessário para a

construção do monumento. A iniciativa não tinha granjeado o apoio necessário por parte do público, ostensivamente, segundo a opinião dos autores da carta, por falta de presença das suas ideias na imprensa, por inabilidade dos membros do Culto e por causa da instabilidade política e económica do país. A desvalorização da moeda e o resultante encarecimento do custo de vida graças ao aumento da inflação eram apontados como fatores que tinham diminuído a capacidade do Culto de atrair investimento (CAFT, 1925, p. 15).

A Associação, sabendo que o *DN* pretendia assumir a responsabilidade de “iniciar a campanha benemérita para que a Camilo seja prestada a homenagem nacional a que tem jus o escritor que tantas obras primas nos legou” (CAFT, 1925, p. 16), tinha três coisas a oferecer ao jornal: o seu apoio nas iniciativas que o jornal promovesse, 3.487\$30 que tinham angariado até ao momento e o facto de que o escultor Teixeira Lopes estava a trabalhar numa maquete para o monumento a Camilo a pedido da instituição, que o *DN* poderia escolher como o monumento a construir (CAFT, 1925, p. 15). A resposta à carta do Culto Camiliano surgiu pela mão de Custódio José Vieira, presidente da Comissão Executiva da Grande Comissão do Primeiro Centenário e do Monumento a Camilo, em 8 de julho de 1924: informou receber duas cartas da parte do Culto, ambas de março de 1924; a primeira referia que logo que o culto tivesse sido informado do custo da segunda maquete de Teixeira Lopes, informaria o *DN* sobre ele e providenciaria esse valor, e a segunda participava, sem mencionar o valor, que a maquete estava quase concluída (CAFT, 1925, p. 17-18). Desde março de 1924 que o Culto não tinha providenciado quaisquer outras informações: ora, a Comissão iria abandonar a possibilidade de escolher a maquete de Teixeira Lopes, já que não dispunha de elementos suficientes para julgar da sua adaptação ao projeto do jornal e considerava que o período de nove meses que separava o presente da data do centenário era demasiado curto para obter tais informes (CAFT, 1925, p. 18). Além disso, a Comissão admitia que a maquete não agradava (CAFT, 1925, p. 18) e, por fim, sublinhava o seu carácter nacional, por contraste com o Culto Camiliano, que a Comissão considerava uma instituição de impacto geográfico e social menor: como instituição de impacto mais alargado, a Comissão tinha o dever de construir uma estátua que agradasse ao maior número de pessoas. Os fundos utilizados para a construção do monumento viriam não de contribuições de um grupo potencialmente limitado de pessoas, mas “da contribuição de cada um, alcançada por subscrições, espectáculos, conferências” (CAFT, 1925, p. 19). Neste contexto, o *DN* comprometia-se a iniciar um concurso nacional, aberto a qualquer artista, incluindo Teixeira Lopes, para a escolha da estátua a construir. António Tavares de Carvalho e Delfim de Guimarães responderam em 17 de julho de 1924 a Custódio José Vieira, indicando que tinham ficado inteirados da decisão da Comissão. No mesmo dia, enviaram uma carta a Joaquim Madureira, pedindo-lhe que informasse Teixeira Lopes da decisão da Comissão e

prometendo pagar ao artista o valor que ele entendesse justo pela produção da maquete (CAFT, 1925, p. 19-21).

A decisão de descapitalizar o Culto Camiliano ficou formalizada em 29 de outubro de 1924. Na reunião desse dia, estiveram presentes António Tavares de Carvalho, Delfim Guimarães, Paulo Freire, Custódio José Vieira, Luis Ferreira Lima e Mário Tavares Carvalho: os sócios adotaram uma resolução segundo a qual reconheciam “as especiaes condições de exito que possui a Grande Comissão, da iniciativa do *Diario de Noticias*, que se propõe a levar a bom termo o monumento ao egrégio Romancista Camilo Castelo Branco”. Deste modo, o Culto decidiu entregar à Comissão o valor presente no Fundo de Homenagem a Camilo (CAFT, 1925, p. 25) e, na senda dessa decisão, António Tavares de Carvalho tinha-se dirigido no dia 4 de novembro de 1924 ao Museu arqueológico do Carmo para entregar a Custódio José Vieira, “na presença de outros membros da comissão executiva do Centenario de Camilo, e em um cheque sobre o Montepio Geral, a quantia que eu tinha em meu poder, como tesoureiro do Culto Camiliano” (CAFT, 1925, p. 26). O cheque tinha o valor de 4.164\$65. Em 5 de abril de 1925, depois da celebração do centenário de Camilo (16 de março de 1925), António Tavares de Carvalho considerou o Culto Camiliano “desobrigado do fim para que se constituiu, visto que a Nação tomou a si o encargo, que é uma honra e um dever, de erigir um monumento á memoria de Camilo Castelo Branco” (CAFT, 1925, p. 29).

O *Diário de Notícias*: entre o culto a Camilo e a estátua que não se ergueu

Em 17 de março de 1924, o *DN* noticiou a realização de uma sessão de homenagem a Camilo, que tinha acontecido no dia anterior, marcando o 99º aniversário do nascimento do autor. A comemoração tinha sido feita na Associação dos Arqueólogos Portugueses, sediada no Museu do Carmo e era vista pelo jornal como uma preparação para a celebração do centenário dali a um ano. Presidiu à sessão José Pessanha, secretariado por Xavier Costa e M. Cardoso Marta (CASTRO, 1924d). Deveriam ter participado Ricardo Jorge e Luís de Oliveira Guimarães, mas não o puderam fazer por questões de saúde. Fizeram palestras José Pessanha e António Cabral. Maria de Carvalho leu alguns poemas do romancista português. A sessão terminou com um apelo de António Cabral: era necessário pagar uma dívida nacional a Camilo erigindo-lhe um monumento (CASTRO, 1924d).

Em 18 de março de 1924, o *DN* tomou para si aquela demanda e convidou “todos os camilianistas” a reunirem-se às 5 horas da tarde no dia 22 de março na redação do jornal: considerava o seu dever “coordenar e impulsionar os esforços e vontades” dos camilianistas de Portugal e do Brasil para a celebração do

centenário (CASTRO, 1924a). No dia seguinte, Paulo Freire (Mário), elogiou a iniciativa do *DN*, mas apontou que o objetivo de construção de um monumento ao romancista português era para ele causa antiga, anterior à formação do Culto Camiliano: pretendia desde 1913 que uma estátua fosse erigida no “largo que fica sobranceiro ao Chiado, entre os edifícios da Mundial e da Havaneza (CASTRO, 1924b), e antes da formação do Culto, em data que não mencionava, tinha-se reunido com um grupo “dos ‘Amigos de Camilo’”, a saber, António Tavares de Carvalho, Delfim Guimarães e Joaquim Madureira, para discussão daquele objetivo (CASTRO, 1924b). Em 20 de março de 1924, Garcia Pulido voltou a relembrar a importância de os camilianistas participarem na reunião que o *DN* iria promover e reiterou que tinha sido o Jornal a lançar a ideia de construir em Lisboa uma estátua a Camilo Castelo Branco (CASTRO, 1924f). Na véspera da reunião que inauguraria a Comissão de celebração do centenário, o *DN* reforçou a ideia de que a comemoração não era uma “manifestação parcial deste ou daquele agrupamento literário”. Portanto, o Jornal pretendia atuar, como tinha mencionado, como uma entidade diretora das “vontades dispersas” de celebrar o escritor. A prova de que estava a ser bem-sucedido nessa função estava na carta que tinha recebido do Culto Camiliano, supracitada, escrita em 20 de março de 1924, que punha à disposição do *DN* os recursos financeiros e humanos da coletividade (CASTRO, 1924c). No dia seguinte, o Jornal volta a referir a sua posição preponderante no projeto: tinha recebido o aval de Paulo Freire (Mário), de Garcia Pulido e do Culto Camiliano, tal como de António Cabral e de Jorge Faria (CASTRO, 1924g).

Em 23 de março de 1924, o *DN* noticiou a realização, no dia antecedente, da reunião que tinha prometido. Consoante a imagem que publicou, estiveram reunidas cerca de doze pessoas. Mesmo assim, o Jornal recebeu manifestações de apoio de um número muito superior de notáveis. O diretor do *DN*, Augusto de Castro, clarificou a posição do periódico: a este não se arrogava o facto de ter começado a ideia de celebrar o centenário de Camilo ou de construir um monumento ao escritor, mas considerava-se o coordenador dos esforços para atingir esses objetivos. Para tal, tinha aberto uma subscrição nacional, cuja evolução noticiaria nas suas páginas, e tinha criado a comissão que deveria dirigir os trabalhos de organização do centenário (CASTRO, 1924c, p. 1-2). Era a Grande Comissão do Primeiro Centenário e do Monumento a Camilo, presidida por Augusto de Castro (CASTRO, 1924c, p. 2), e tinha associada a ela naquele momento a Comissão Executiva e a Comissão de Honra, presidida pelo Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes (CASTRO, 1924c, p. 1). A Comissão de Honra e a Grande Comissão incluíam uma longa lista de vice-presidentes, entre os quais se contavam, no caso da segunda, António Tavares de Carvalho, António Teixeira Lopes, Delfim Guimarães e Joaquim Madureira. O *DN* demonstrava, desta forma, o seu objetivo de incluir nos seus trabalhos o

maior número possível de camilianistas, com destaque para membros do Culto Camiliano. A primeira reunião da Grande Comissão terminou às 19h e uma nova reunião foi prometida para o dia 25 de março de 1924. Naquele momento, a subscrição do jornal atingia 2.120\$00, tendo o próprio *DN* doado 1.000\$00. Na reunião de 25 de março de 1924, foram criadas oito comissões anexas à Grande Comissão. Nelas, voltou a ser dado destaque a antigos membros do Culto Camiliano, e Custódio José Vieira foi nomeado presidente da Comissão Executiva (CASTRO, 1924, p. 1). O *DN* comunicou também ter recebido nesse dia uma carta de António Tavares de Carvalho e de Delfim de Guimarães, que justificavam que, devido à sua atividade profissional e estado de saúde, não podiam aceitar cargos em qualquer uma das comissões do *DN*: prometiam fornecer, quando as tivessem, informações sobre o valor da maquete para o monumento a Camilo que estava a ser construída por Teixeira Lopes a pedido do Culto Camiliano. A comissão reunida tinha decidido “procurar demover do seu proposito [...] Tavares de Carvalho e Delfim Guimarães”, indicando que pretendia a participação ativa dos membros do Culto Camiliano na celebração do centenário (CASTRO, 1924, p. 1).

Em 27 de março de 1924, o *DN* noticiava que a CML tinha decidido custear os alicerces do monumento a Camilo: ainda não tinha sido tomada pela Comissão uma decisão sobre o local onde deveria ser colocado, e o periódico prometia que seria designada uma comissão especial para esse fim (CASTRO, 1924d, p. 1). Dois dias depois, ainda sem essa decisão tomada, esclareceu outro ponto: a estátua a construir seria da autoria de Teixeira Lopes. O *DN* publicou uma carta de António Tavares de Carvalho para Augusto de Castro de 28 de março de 1924, em que indicava que a maquete que tinha encomendado, como tesoureiro do Culto Camiliano, através de Adriano Coelho, a Teixeira Lopes estava quase concluída e que brevemente teria na sua posse uma fotografia dela que o *DN* poderia publicar. No que tinha que ver com o local em que deveria ser colocada a estátua, o notário comunicava que Teixeira Lopes considerava “acanhando” o “largo das Duas Igrejas” e que, portanto, poderia “permanecer reservado para o poeta Chiado” (CASTRO, 1924e, p. 1). A fotografia prometida chegou às páginas do *DN* a 20 de abril de 1924 com o título “O Monumento a Camilo” e a legenda “‘Maquette’ do ilustre escultor Teixeira Lopes para o monumento que vai ser erecto em Lisboa por iniciativa do ‘Diario de Noticias’” (PEREIRA, 1924, p. 1). Estas notícias comprovam a continuada cooperação entre o *DN* e o Culto Camiliano durante os primeiros meses de 1924. De facto, o periódico lisboeta, cuja comissão executiva de celebração do centenário era dirigida pelo antigo presidente do Culto, favoreceu os propósitos da coletividade e, durante alguns meses, fez dos objetivos dela os seus, prometendo construir a estátua que tinha sido encomendada a Teixeira Lopes pelo Culto. Esta cooperação e favorecimento tornou-se ainda mais clara em 11 de maio de 1924, quando o *DN* publicou um

artigo da autoria de Braz Burity (Joaquim Madureira), elogioso de Teixeira Lopes e de António Tavares de Carvalho, que dizia ser “o devotado tenacissimo Mordomo-Mor do ‘Culto Camiliano’”, dotado de “inteligência infatigável”. Nas colunas do *DN*, Joaquim Madureira contou uma recente visita que tinha feito a Teixeira Lopes em Vila Nova de Gaia. Explicou que “o Mestre” estava naquele momento a dedicar-se a construir maquetes para estátuas de Antero de Quental, Alfredo Keil e duas para monumentos a Camilo, uma para Lisboa e uma para o Porto (SARMENTO, 1924a, p. 1). Este foi o último momento de cooperação entre o *DN* e o Culto Camiliano. Notícias sobre a coletividade e os respetivos objetivos não surgiram nas páginas do jornal até outubro de 1924. Em 1 de junho de desse ano, o *DN* ocupou-se da rememoração do 34º aniversário da morte de Camilo. Com a assistência do presidente da república e do ministro da instrução, Custódio José Vieira e Nogueira de Brito fizeram discursos sobre o autor no Teatro Nacional Almeida Garrett. Em todas as salas de espetáculo de Lisboa, menos no Coliseu e no teatro da Trindade, um membro destacado das companhias que ali atuavam leu um soneto dedicado a Camilo da autoria de Matos Sequeira (SARMENTO, 1924, p. 1).

A cooperação entre o Culto Camiliano e a Comissão do *DN* terminou, como sabemos, através da carta enviada pela Comissão ao Culto em 8 de julho de 1924. Essa decisão só foi anunciada no periódico no dia 2 de outubro de 1924: na reunião de 1 de outubro da Comissão do *DN* foi discutido o ofício enviado pela Comissão Executiva ao Culto Camiliano. Custódio José Vieira resumiu a sua decisão com a ideia de que a maquete da autoria de Teixeira Lopes tinha “trazido reparos a varios membros da comissão e em artigos da imprensa”, tornando impossível a sua escolha como o monumento a construir. Seguidamente, tinha lido a carta do Culto Camiliano que se dizia inteirado dessa decisão. Neste contexto, a Comissão anunciou através do *DN* que seriam discutidas as bases de um concurso nacional para a escolha da maquete do monumento a erigir (LUCCI, 1924a, p. 1). Em 23, 24 e 29 de outubro, o *DN* informou que o Culto Camiliano iria realizar uma reunião no dia 29 de outubro de 1924 às 16 horas na rua Áurea, nº 50, 1º andar. Na primeira notícia, destacou que se trataria de um “assunto importante” na reunião (LUCCI, 1924, p. 1); na segunda, especificou a causa: António Tavares de Carvalho e Delfim de Guimarães convidavam os sócios efetivos do Culto para uma reunião na qual iria ser discutido “o destino a dar ao saldo das contas de tão simpatica associação” (LUCCI, 1924d, p. 1); na terceira, noticiava-se que a reunião aconteceria naquele dia (LUCCI, 1924e, p. 1). A decisão tomada, como já referimos, foi a de descapitalizar o fundo controlado pelo Culto, entregando o valor depositado ao *DN*. O periódico noticiou a entrega do valor no dia 6 de novembro de 1924. Tinha-o recebido dois dias antes, durante a reunião da Comissão do *DN* dedicada ao centenário. Vieira tinha apresentado “ao Culto Camiliano, os agradecimentos e voto de honra por ter entregue à

Comissão do Centenario o saldo do seu fundo na importancia de 4.164\$65” (LUCCI, 1924b, p. 1). A partir daquele momento, a atuação do *DN* no contexto da celebração do primeiro centenário de Camilo tornou-se independente dos objetivos do Culto Camiliano, o que não impediu alguns membros dessa coletividade de participarem ativamente no desiderato.

Na reunião do dia 18 de novembro de 1924, Magalhães de Menezes, delegado dos Correios e Telégrafos, informou que iria ser emitido um selo comemorativo do centenário de Camilo (LUCCI, 1924c, p. 1). Em 25 de novembro, Custódio José Vieira propôs e viu aprovada pela comissão a proposta de criação de um “Museu do Centenario de Camilo”, onde deveriam ser colocados “documentos, livros, medalhas, etc., etc.” relacionados com o primeiro centenário. Decidiu-se realizar um “original cortejo” nos dias 15, 16 e 17 de março de 1925 (LUCCI, 1924d, p. 1). No dia 20 de fevereiro, o *DN* informava que iriam ser impressas duas obras de grande fôlego dedicadas a Camilo: *In Memoriam de Camilo*, dirigida pelo artista Saavedra Machado (MACHADO, 1925) e *Palestras Camilianas*, de Júlio Dias da Costa (LUCCI, 1925d, p. 1). Em 1 de março, o *DN* publicou uma imagem da coleção de seis selos comemorativos de Camilo cuja circulação estava já autorizada (LUCCI, 1925c, p. 1). Esta coleção foi mencionada no Album II de Selos de Portugal da autoria de Carlos Kullberg. Os selos circularam nos dias 26 a 28 de março de 1925 (KULLBERG, 2006, p. 24-25). Em 3 de fevereiro tinha sido decidido pela comissão mandar cunhar outro objeto comemorativo do romancista: uma medalha da autoria de João da Silva (LUCCI, 1925b, p. 1), com imagem reproduzida no periódico no dia 20 de março. Foram emitidas 300 medalhas, todas elas expostas e vendidas pela Livraria Portugalia, na rua do Carmo, em Lisboa (LUCCI, 1925a, p. 1). Apresentavam de um lado o busto de Camilo e do outro a inscrição “Centenario de Camilo. 1825. 16 de março 1925. / A Comissão” (SAMPAIO, 1925, p. 25). No dia 7 de março, o *DN* anunciou que António Cabral iria realizar no dia 12 de março a conferência “As polemicas de Camilo” na Liga Naval (LUCCI, 12 de março de 1925, p. 1). No dia 13 de março, confirmou a realização da conferência e informou que no dia 16 de março, por portaria do governo, as escolas primárias teriam de realizar lições sobre Camilo. Decidiu-se também que haveria tolerância de ponto nesse dia nas repartições públicas e nos estabelecimentos oficiais de ensino (LUCCI, 1925e, p. 1). No dia 14 de março, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa realizou uma sessão de homenagem ao autor: presidiu Queiroz Veloso e discursaram os professores Agostinho Fortes e Sá Nogueira. Manuela Mirandella, aluna da faculdade, leu um excerto de *Amor de Perdição*, e o aluno Ramiro Guedes um soneto (SAMPAIO, 1925, p. 1). As celebrações do centenário de Camilo promovidas pelo *DN* estenderam-se em Lisboa entre os dias 15 e 16 de março de 1925. Na edição de 16 de março, em claro contraste com a posição que Augusto de Castro tinha tomado em 23 de março de 1924, o jornal asseverava que “De o

Diário de Notícias partiu a ideia para a celebração do centenario de Camilo Castelo Branco”. Nesse dia, o *DN* publicou um artigo de Ricardo Jorge, um fado dedicado a Camilo da autoria de Alberto Pimentel, imagens de Camilo e Ana Plácido, uma ilustração da casa do autor em S. Miguel de Seide, tal como uma peça para voz e piano de Alberto Pimentel e T. Borba. Noticiou as celebrações que se deram em Lisboa (LUCCI, 1925, p. 1-4). Às 11h do dia 15 de março de 1925 foi lançada a primeira pedra do monumento a Camilo no Parque Eduardo VII. A maquete que deveria dar origem à estátua não estava ainda, como mencionámos, escolhida, mas isso não impediu de comparecerem à celebração formal o presidente da comissão executiva anexa à grande comissão do *DN*, tal como várias autoridades do Estado e familiares de Camilo¹⁵. Vieira discursou e o Presidente da República colocou a primeira pedra (SAMPAIO, 1925, p. 2). Às 14h30 do mesmo dia, foi inaugurada na BN uma exposição bíblico-iconográfica dedicada ao romancista. Custódio José Vieira inaugurou a exposição e Albino Forjaz de Sampaio discursou. A exposição esteve aberta até 23 de março de 1925 e incluía retratos, gravuras, livros e originais dos selos comemorativos supramencionados (SAMPAIO, 1925, p. 2). No dia 16 de março, às 12h, foi descerrada uma lápide comemorativa do centenário no prédio nº 5 a 13 da Rua da Rosa, com a inscrição “Aos 16 de Março de 1825 – nasceu nesta casa – o romancista – Camillo Castello Branco”. Estiveram, mais uma vez, presentes Vieira e o presidente do Senado. Discursaram Alexandre Ferreira, Ludovico de Menezes e o presidente da comissão executiva do *DN*. O general Correia Barreto descerrou a lápide. Três horas e meia depois, realizou-se uma sessão solene no Teatro Nacional Almeida Garrett, promovida pela Grande Comissão. Foi presidida por Vieira, que tinha discursado, juntamente com Bela Esperança Ferreira de Lima, Alberto Bramão, F. de Figueiredo e Nuno Simões. Às 21h30 desse dia, deu-se um espetáculo de homenagem a Camilo no mesmo teatro, ao qual assistiu o presidente da república. A celebração terminou com uma ovação a Custódio José Vieira (SAMPAIO, 1925, p. 2-3). Paralelamente a estas celebrações, foi editada pela Grande Comissão do Primeiro Centenário e do Monumento a Camilo a obra *Camilo – 16 de março – 1825-1925*. Além de outros camilianistas da época, participaram na obra António Tavares de Carvalho e Delfim de Guimarães, membros do descapitalizado Culto Camiliano. O primeiro deixou uma curta mensagem, indicando que se recusava a escrever sobre Camilo porque sentia que esse ato macularia “a gloria do famoso escritor”. O segundo publicou o poema “Camilo”, da sua autoria, produzido na Amadora, em 15 de

¹⁵ A saber: o presidente da república, o presidente do ministério, o ministro da guerra, o presidente do senado, o presidente da CML, o governador civil da cidade, o comandante interino da GNR. Tinha também estado presente o presidente do conselho de arte e arqueologia, intelectuais, jornalistas, alunas da Escola Normal superior e respetivo diretor, tal como Nuno Plácido Castelo Branco e Albano Jorge de Azevedo Castelo Branco, respetivamente neto e sobrinho de Camilo Castelo Branco (SAMPAIO, 1925, p. 2).

fevereiro de 1925 (GRANDE COMISSÃO, p. 35). A obra continha também uma planta com a indicação da localização almejada para o monumento a Camilo: no centro do desenho projetado naquela planta para o Parque Eduardo VII (GRANDE COMISSÃO, p. 35), tal como as regras para o concurso que deveria decidir o autor da maquete a ser transformada em estátua (GRANDE COMISSÃO, p. 159-164).

Na sua conferência lida perante a Sociedade Nacional de Belas-Artes em maio de 1942, Oldemiro César indicou que foram realizados dois concursos por parte da Grande Comissão para a escolha de uma maquete: o primeiro, anunciado no *DN*, necessitava de que os artistas depositassem os seus modelos na Sociedade Nacional de Belas Artes até 31 de dezembro de 1925 (LUCCHI, 1925, p. 4); foram avaliados onze trabalhos em 2 de janeiro de 1926 e todos foram rejeitados. Ao segundo concurso, apresentaram-se oito trabalhos; o júri reuniu-se no dia 2 de julho de 1925 e aprovou em mérito relativo a maquete apresentada pelo escultor Anjos Teixeira. O monumento ficou pronto para ser construído em 1935, mas o escultor faleceu. A Grande Comissão decidiu então que o ónus da respetiva construção no Parque Eduardo VII seria entregue ao filho do escultor, mas um parecer negativo da parte do Conselho de Estética Cidadina da Câmara Municipal de Lisboa (CML) impediu a concretização. Dos cerca de 300.000\$00 que tinha angariado até aquele momento, o *DN* pagou 120.000\$00 a Anjos Teixeira pelo seu trabalho e cerca de 90.000\$00 ao seu filho, restando cerca de 90.000\$00 com destino desconhecido (CÉSAR, p. 36-41). A estátua de Camilo que hoje adorna a placa ajardinada no cruzamento entre a Avenida Duque de Loulé e a rua Camilo Castelo Branco em Lisboa é da autoria de António Duarte. Foi inaugurada em 1950 depois de a CML ter tomado sob a sua autoridade o processo de construção na década de 1940, conforme documentado por Helena Elias e Vasco Brito (2005, p. 122-126).

Conclusão

A Associação Culto Camiliano, surgida em 1916, ano da entrada efetiva de Portugal na Grande Guerra, manteve um fundo adstrito às suas atividades até ao ano anterior à celebração do centenário de Camilo. A identidade dos sócios que a coletividade possivelmente angariou e/ou pretendeu a si associados, assim como o gosto particular do seu membro mais tenaz, António Tavares de Carvalho, por uma das publicações cimeiras d'*A Renascença Portuguesa, A Águia*, prova que as personalidades que ocuparam os seus órgãos de gestão pretenderam associar-se aos desígnios daquele movimento patriótico. Espelharam esta preocupação no epíteto que atribuíram ao Culto Camiliano, que consideraram, além disso, uma organização de âmbito nacional. As dificuldades de maneio económico do Culto,

ostensivamente derivadas da situação interna e externa do país, ditaram a incapacidade de cumprir o seu objetivo: erigir um monumento a Camilo em Lisboa. Contudo, a pertença como presidente de Custódio José Vieira à Grande Comissão do *DN* permitiu que a forma de comemoração pretendida pelo Culto Camiliano, descapitalizado a partir de 4 de novembro de 1924, fosse tomada como de feição nacional ainda durante alguns meses. Porém, contra os objetivos do Culto e do seu ex-presidente, dissidências internas na Comissão do *DN* e externas na imprensa, face às escolhas escultóricas da Associação, fizeram com que a maquete predileta para figurar como futuro monumento não fosse eleita. Além disso, a Comissão arrogou-se, por contraste com o nível local de impacto do Culto, da característica de ser nacional para justificar a sua preponderância na escolha da forma de celebrar. Na qualidade de instituição diretora do que considerava serem as desorganizadas vontades que existiam, especialmente em Lisboa, de celebrar o romancista português, promoveu conferências, exposições, espetáculos e a publicação de obras comemorativas. A sua venda na capital granjeou críticas aos livreiros lisboetas por parte de Nogueira de Brito n' *A Batalha*, que os acusou de menosprezarem a memória do comemorado pelo lucro (BRITO, 1924).

O *DN* promoveu dois concursos para a escolha de uma estátua a construir a Camilo durante o ano de 1926, depois de colocada a primeira pedra do monumento futuro no Parque Eduardo VII no dia do centenário. Desta ação simbólica de 16 de março de 1925 não decorreu a construção. O processo de construção de uma estátua a Camilo em Lisboa, depois de terminado o segundo concurso do *DN* e de a CML ter chamado a si o processo na década de 1940, arrastou-se até 1950. De resto, a associação Culto Camiliano destacou-se pela relação privilegiada que manteve com o presidente da comissão do *DN*: graças a essa ligação viu os seus objetivos apadrinhados pelo jornal entre março de 1924 e julho do mesmo ano. Mesmo depois de forçosamente abandonados esses objetivos, os dois sócios mais cativos do Culto, António Tavares de Carvalho e Delfim de Guimarães, não deixaram de participar nas comemorações do centenário promovidas pelo *DN*, através de textos publicados na obra *Camilo 16 de Março 1825-1925* (GRANDE COMISSÃO, 1925). Todavia, tanto o Culto Camiliano como o *DN* viram o seu objetivo central de construção de uma estátua ser subsumido à política do espírito do Estado Novo. Depois de mais de duas décadas, a decisão final sobre a sua localização e sobre o escultor coube à CML.

Agradecimentos

A presente análise não seria possível sem o convite que nos foi dirigido pela Professora Doutora Teresa Nunes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para

participarmos na investigação em torno da Camiliana de Sintra. Desta forma, dirigimos o nosso manifesto agradecimento à Professora Teresa Nunes, que nos convidou para esta investigação e nos desafiou na partilha do nosso trabalho. Dirigimos também o nosso agradecimento à Professora Doutora Cristina Sobral, diretora da Cátedra Camilo Castelo Branco da FLUL/Câmara Municipal de Sintra, assim como manifestamos o nosso sincero agradecimento à Biblioteca Municipal de Sintra, por nos permitir a consulta do acervo documental da Camiliana e pela facilidade no seu acesso e disponibilidade em nos ajudar durante as investigações em curso; neste sentido, agradecemos de modo idêntico à Dr.^a Ana Maria Pereira. Deixamos também o nosso agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), financiadora das bolsas de doutoramento dos autores.

Referências

Livros e outras monografias

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho, 1989.

CAFT. *A Minha Casa de Camilo: Comemoração do 99º Aniversario do Nascimento do Glorioso Escritor*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1924.

CAFT. *Factos e Documentos Referentes ao Culto Camiliano*. Lisboa: Imprensa Lucas e C.^a, 1925.

CARVALHO, António Tavares de. *Actos dos Notários*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1897.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Segredos d'Alma - Fac-simile d'um autographo do Mestre*. Lisboa: Typographia Liberty, 1914.

COMISSÃO DE FINANÇAS (Câmara dos Deputados). *Parecer nº 403, de 12 de julho de 1912*. Lisboa: Arquivo Histórico Parlamentar, Cota: PT-AHP/CR/DGSC/SLCD/S54/D785.

COSTA, Júlio Dias da. *Dispersiones de Camilo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. 5 vol.

COSTA, Júlio Dias da. *Escritos de Camilo*. Lisboa: Portugalia, 1922.

COSTA, Júlio Dias da. *Novas Palestras Camilianas*. s.l., s.n., 1936.

COSTA, Júlio Dias da. *Palestras Camilianas*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.

CULTO CAMILIANO. *Estatuto da Associação Nacional de Interêsse Patriótico Culto Camiliano*. Lisboa: Tipografia A Editora Lda., 1916.

CHORÃO, João Bigotte. *Camilo Camiliano*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1993.

CHORÃO, João Bigotte. *Além da Literatura*. Lisboa: Quetzal Editores, 2014.

CHORÃO, Luís Bigotte. *A crise da República e a Ditadura Militar*. Porto: Sextante Editora, 2010.

FREIRE, João Paulo da Silva Veneno. *A Casa de Camilo*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1921. 1 vol.

FREIRE, João Paulo da Silva Veneno. *Camilo Castelo Branco e as quadrilhas nacionais*. Porto: Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1917.

FREIRE, João Paulo da Silva Veneno. *Camilo Castelo Branco e Silva Pinto*. Lisboa: Guimarães e Companhia, 1918.

ESPÓLIO VIEIRA, José Custódio. *Culto Camiliano*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1916-1917, Cota - Esp. A/5736-5798.

GOVERNO PORTUGUÊS. Direcção dos negocios de justiça. 1ª Repartição. Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas. *Diário do Governo*, Lisboa, 20 jan. 1898, p. 174.

GOVERNO PORTUGUÊS. Fiscalisação do imposto do sêllo. Secção central. Relação dos despachos effectuados nos mezes de janeiro e fevereiro de 1898a, *Diário do Governo*, Lisboa, 3 mar. 1898a, p. 1823.

GOVERNO PORTUGUÊS. No anno de 1901, aos 31 dias do mês de agosto. *Diário do Governo*, Lisboa, 3 set. 1901, p. 2372.

GOVERNO PORTUGUÊS. Nota do movimento do pessoal da fiscalisação do imposto do sêllo, nomeado em conformidade com o decreto de fevereiro de 1897, desde 15 de agosto de 1897 a 16 de julho de 1898. *Diário do Governo*, Lisboa, 19 jul. 1899, p. 1823.

GRANDE COMISSÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO E DO MONUMENTO A CAMILO CASTELO BRANCO. *Camilo 16 de Março 1825-1925: Livro Comemorativo Do Centenário, Editado Pela Comissão*. Edição comemorativa em papel avergado da Abelheira e numerada. nº 100 em 100. Assinado “Custódio José Vieira”. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1925.

KULLBERG, Carlos. *Selos de Portugal. Album II (1910/1953)*. Lisboa: Edições Húmus Lda, 2006.

LOBO, Bento de Oliveira Cardoso e Castro Guedes de Carvalho. *Camillo Inedito*. Porto: Renascença Portuguesa, 1913.

LOBO, Bento de Oliveira Cardoso e Castro Guedes de Carvalho. *Fanny Owen e Camillo*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917.

MACHADO, Saavedra (Dir.). *In Memoriam de Camillo*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1925.

MÓNICA, Maria Filomena (Coord.). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, vol. II. Lisboa: Assembleia da República, 2005.

SAMUEL, Paulo. *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

SILVA, Helena Moreira da. *Monarquia do Norte 1919*. Lisboa: Quidnovi, 2008.

SOARES, L. *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como museu (1910-1981)*. 671 f. 2016. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/20420>

TELO, António José. *Primeira República II – Como cai um regime*. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

VILLA-MOURA, Visconde de. *As Cinzas de Camillo*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917.

Capítulos de livros e artigos em periódicos

BRITO, Nogueira de. O culto Camiliano - O Centenario do Grande Romancista. *A Batalha*, Lisboa, 7 de abril de 1924, p. 4-5.

CARVALHO, António Tavares de. *Gazeta do Notariado*, Lisboa, 5 de dezembro de 1901 a 25 de junho de 1902.

CASTRO, Augusto de (Dir.). A reunião de ontem da Grande Comissão do Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 26 de março de 1924, p. 1.

CASTRO, Augusto de (Dir.). Camilo Castelo Branco. *Diário de Notícias*, Lisboa, 18 de março de 1924a, p. 1.

CASTRO, Augusto de (Dir.). Camilo Castelo Branco. *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de março de 1924b, p. 1.

CASTRO, Augusto de (Dir.). Camilo Castelo Branco. *Diário de Notícias*, Lisboa, 21 de março de 1924c, p. 1.

CASTRO, Augusto de (Dir.). Camilo terá um monumento!. *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 de março de 1924, p. 1-2.

CASTRO, Augusto de (Dir.). Centenário de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 17 de março de 1924d, p. 1.

CASTRO, Augusto de (Dir.). Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 29 de março de 1924e, p. 1.

CASTRO, Augusto de (Dir.). O Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de março de 1924f, p. 1.

CASTRO, Augusto de (Dir.). O Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 22 de março de 1924g, p. 1.

ELIAS, Helena; BRITO, Vasco. Acção cultural e política do Espírito em Lisboa: a actividade dos serviços centrais e culturais na encomenda e colocação de Arte Pública (1944-1959). *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, n. 8, p. 106-128, 2005.

GONÇALVES, R. As primeiras manifestações do modernismo. In: REIS, A. (Dir.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, SA, 1996, Vol. II, p. 263-280.

GRAÇA, Silva (Dir.). AMIGOS dos Diabos. *O Século*, Lisboa, 7 de fevereiro de 1917, p. 1.

JÚDICE, N. As vanguardas literárias. In: REIS, A. (Dir.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, SA, 1996, Vol. II, p. 253-262.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). 1º Centenario de Camilo Castelo Branco. *Diário de Notícias*, Lisboa, 16 de março de 1925, p. 1-4.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Camilo Castelo Branco. *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 de outubro de 1924, p. 1

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Camilo Castelo Branco. *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de março de 1925a, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 2 de outubro de 1924a, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 6 de novembro de 1924b, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de novembro de 1924c, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 26 de novembro de 1924d, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 4 de fevereiro de 1925b, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 1 de março de 1925c, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Culto Camiliano. *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de outubro de 1924d, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Culto Camiliano. *Diário de Notícias*, Lisboa, 29 de outubro de 1924e, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). Em vésperas de um centenario. *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de fevereiro de 1925d, p. 1.

LUCCI, Eduardo Schwalback (Dir.). O Centenario de Camilo. *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 de março de 1925e, p. 1.

MAQUETTE da Estátua a Camillo. *A Águia*, Porto, II Série, v. II, n. 12, p. 193-209, mensal, dezembro de 1912.

MATOS, A. *Sobre a recepção literária de Eça de Queiroz*. [s. l.]: [s. d.], p. 125-128.

PEREIRA, J. Situação histórica e significado cultural da “Renascença Portuguesa” – o período de 1912 a 1917. In: TEIXEIRA, A. B.; NATÁRIO, C.; CUNHA, J. T. D.; PEREIRA, J. C. S.; PIMENTEL, M. C.; GAMA, M.; EPIFÂNIO, R. (Coord.). *A “Renascença Portuguesa” – Pensamento, Memória e Criação*. Porto: Univ. do Porto, 2017, p. 19-31.

SAMPAIO, Albino Forjaz de (Org.). *Camilo e o Centenário: a sua vida e obra*. Lisboa: Empresa do Diário de Notícias, 1925.

SAMUEL, Paulo. Camilo e a Renascença Portuguesa. Separata de *O Tripeiro*, Porto, Ano IX, n. 6/7, junho/julho 1990.

SAMUEL, P. Da Revista *A Águia* ao “Renascença Portuguesa”. In: PINHO, A. D.; NATÁRIO, C. (Org.). *A Águia e a Renascença Portuguesa no Contexto da República*. Porto: FLUP; Univ. Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, 2011, p. 45-49.

SARMENTO, José (Ed.). A sessão solene no Teatro Nacional teve concorrência escolhida. *Diário de Notícias*, Lisboa, 2 de junho de 1924, p. 1.

SARMENTO, José (Ed.). As “Maquettes” de Mestre Teixeira Lopes. *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 de maio de 1924a, p. 1.

Sites

ARAÚJO, Patrícia Cristina; SOUSA, Jorge Pedro. FREIRE, J. (1936). Disponível em: <https://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/inventarios/freire-j-1936>. Acesso em: 31 mar. 2022.

ARQUIVO MUNICIPAL ALBERTO SAMPAIO. *Arquivo Pessoal de José de Azevedo e Menezes*. Custódio José Vieira. Disponível online: <http://www.arquivoalbertosampaio.org/details?id=21104> Acesso em: 1 abr. 2022.

ARQUIVO MUNICIPAL PONTE DE LIMA. *Delfim Guimarães (1872-1933)*. Disponível em: https://arquivo.cm-pontedelima.pt/pages/895?poi_id=133. Acesso em: 1 abr. 2022.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. *Afonso de Azevedo Nunes Branco*. Disponível em: <http://www.arquivoalbertosampaio.org/details?id=20334> Acesso em: 31 mar. 2022.

BERNARDO, Daniela Alexandra Trocado, *FREIRE, J. (1934)*. Disponível em: <https://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/inventarios/freire-j-1934>. Acesso em: 31 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. *Informações e Serviços. A Verdade (Eça de Queiroz)*. Disponível em: <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/a-verdade-eca-de-queiroz>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAMÕES – INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. *Joaquim Madureira (Braz Burity)*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/pessoas/joaquim-madureira-braz-burity.html#.YkjLgNvMI2x>. Acesso em: 01 abr. 2022.

GRUPO DE AMIGOS DE OLIVENÇA. *O GAO*. Disponível em: <https://www.olivenca.org/pt/pages/historia-do-gao> Acesso em: 30 mar. 2022.

LOPES, António Teixeira. “As Cinzas de Camilo”: escultura [190?-191?]. 1 fotografia, preto e branco. Disponível em: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/303549/?#objdigflow> Acesso em: 30 mar. 2022.

MALAINHO, João Manuel Mesquita Pires. *FREIRE, J. (1939)*. Disponível em: <https://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/inventarios/freire-j-1939>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MUSEO ETNOGRÁFICO EXTREMEÑO. *Abrantes, Ventura Ladesma*. Disponível em: http://www.extremadura.com/fotos/fondos-bibliograficos-183-i106803?collection_id=51726 Acesso em: 30 mar. 2022.